

61ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,  
44ª Sessão Extraordinária, do 1º ano da  
17ª Legislatura, em 27 de novembro de 2017.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de 2017 (dois mil e dezessete), no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 44ª (quadragésima quarta) Sessão Extraordinária, do primeiro ano da 17ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Eder Rodrigues de Oliveira, Edson Buganeme, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, José Gibran, Julimar Pelizari, Marcos Ailton Morasco, Paulo Afonso Alves Bianchini e Paula Mendes Guiselini, presentes também os servidores Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Valéria de Fátima Bidóia Valverde, Diogo Ricardo Costa, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 18h15min (dezoito horas e quinze minutos) o Presidente da Câmara e da Sessão, vereador Julimar Pelizari solicitou ao vereador Eder Rodrigues de Oliveira a leitura de um versículo bíblico, o vereador leu os seguintes versos: **“Crie em mim o Deus um coração puro e renove em mim um espírito reto, não me lances fora de tua presença e não retire de mim o teu Espírito Santo.” (Salmo 51, 10-11).** Em seguida o Presidente declarou aberta a sessão sob a

proteção de Deus. Iniciada a Ordem do Dia, foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 062/2017, processo nº 334/2017, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 248.786,74 (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos). Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o projeto de Lei do Executivo nº 063/2017, processo nº 336/2017, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o projeto de Lei do Executivo nº 061/2017, processo nº 319/2017, que altera os artigos 5º e 7º e os enunciados das metas 06,10,11 e 12 do Plano

Municipal de Educação, instituído por meio da Lei nº 3.254, de 23 de junho de 2015. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em discussão a vereadora Paula Mendes Guiselini disse que se reuniu com a Secretária Municipal de Educação, Valéria Mantelli que explanou sobre as alterações na lei. Disse que foi informada que as alterações visam vincular a o plano municipal com a legislação estadual e federal. Disse que a secretária esclareceu suas dúvidas e o projeto encontra-se apto para tramitar. Colocado o projeto em votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o projeto de Lei do Legislativo nº 005/2017, processo nº 325/2017, que dispõe sobre a instituição de gratificação a ser percebida por servidores da Câmara Municipal de Viradouro e dá outras providências. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em discussão a vereadora Paula Mendes Guiselini disse que solicitou vistas do projeto pois gostaria de ver o parecer do Tribunal de Contas e as atribuições dos servidores da Casa. Disse que não há parecer do tribunal de Contas, mas sim uma decisão do Estado de Mato Grosso. Disse

também que após analisar a matéria observou que provavelmente algumas das novas atribuições já estariam destinados a um cargo efetivo. Afirmou que quanto ao artigo primeiro, não haveria problemas, porém no artigo segundo há conflito entre as atribuições criadas com as atribuições do cargo de auxiliar de serviços gerais, especificamente quanto a solicitação de compra e guarda de materiais. Em seguida o Presidente suspendeu a sessão e convidou o assessor jurídico para prestar esclarecimento aos vereadores. Reiniciada a sessão, a vereadora Paula Mendes Guiselini, disse que haviam dúvidas quanto a funções análogas, porém a assessoria jurídica explicou que as novas atribuições demandarão um nível maior de responsabilidade e controle, inclusive com utilização de sistema eletrônico Audep. O Presidente disse que baseado em uma Resolução de 2009, poderia por meio de portaria gratificar os servidores, mas em visita ao Tribunal de Contas, foi orientado pela concessão através de projeto de lei do legislativo, seguido de nomeação por portaria. Colocado o projeto em votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

62ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,  
45ª Sessão Extraordinária, do 1º ano da  
17ª Legislatura, em 27 de novembro de 2017.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro de 2017 (dois mil e dezessete), no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 45ª (quadragésima quinta) Sessão Extraordinária, do primeiro ano da 17ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Eder Rodrigues de Oliveira, Edson Buganeme, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, José Gibran, Julimar Pelizari, Marcos Airtton Morasco, Paulo Afonso Alves Bianchini e Paula Mendes Guiselini, presentes também os servidores Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Valéria de Fátima Bidóia Valverde, Diogo Ricardo Costa, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 19h00min (dezenove horas) o Presidente da Câmara e da Sessão, vereador Julimar Pelizari declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus. Iniciada a Ordem do Dia, foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 062/2017, processo nº 334/2017, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 248.786,74 (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e seis

reais e setenta e quatro centavos). Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o projeto de Lei do Executivo nº 063/2017, processo nº 336/2017, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Foi aprovado por unanimidade o pedido para que o projeto tramite em Regime de Urgência Especial. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o projeto de Lei do Executivo nº 061/2017, processo nº 319/2017, que altera os artigos 5º e 7º e os enunciados das metas 06,10,11 e 12 do Plano Municipal de Educação, instituído por meio da Lei nº 3.254, de 23 de junho de 2015. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi apresentado o projeto de Lei do Legislativo nº 005/2017, processo nº 325/2017, que dispõe sobre a instituição de gratificação a ser percebida por servidores da Câmara Municipal de Viradouro e dá outras providências. O projeto recebeu pareceres favoráveis a sua tramitação das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, bem como da assessoria jurídica da Casa. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário